

História da riqueza na economia cafeeira paulista: a família Arruda Botelho (1854-1901)

History of wealth in São Paulo coffee economy:
the Arruda Botelho family (1854-1901)

MARIA ALICE ROSA RIBEIRO

Pesquisadora colaboradora do Centro de Memória-Unicamp (CMU) e professora adjunta aposentada da Faculdade de Ciências e Letras Unesp (Araraquara)

marr@terra.com.br

CRISTINA DE CAMPOS

Professora colaboradora junto ao Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp

campos@ige.unicamp.br

Resumo:

Através da atuação do patriarca da família Arruda Botelho, observamos que a riqueza gerada na segunda metade do século XIX dependia fundamentalmente da diversificação dos negócios. O desenvolvimento da economia cafeeira implicou a criação de novas oportunidades de investimentos como ferrovias, casas comissárias e bancos, setores que o patriarca investiu graças ao capital acumulado em suas atividades da lavoura cafeeira.

Palavras-chave: História econômica e social; Economia cafeeira paulista; família Arruda Botelho

Abstract:

Through the work of the patriarch of family Arruda Botelho, we perceive that the creation and the accumulation of wealth in the “paulista” economy, in the second half of the 19th Century, depended on business diversification. The growth of the coffee economy implied in the opening of new investment opportunities such as railways, coffee trade firm and banks, sectors that the patriarch invested in with the accumulated capital from his agricultural activities.

Keywords: Economic and Social History; Paulista coffee economy; Family Arruda Botelho

As primeiras manifesta­ões de uma economia agrário-industrial na capitania de São Paulo datam do final do século XVIII. Tal iniciativa fazia parte do plano de recupera­ão da economia colonial, engendrado pelo Marquês do Pombal, responsável pela dire­ão do governo metropolitano de Portugal, o qual o Brasil estava subj­gado. Em conformidade a este deste projeto, a introdu­ão da cultura da cana-de-a­úcar na capitania de São Paulo foi realizada entre as vilas de Itu e Jundiá. A lavoura da cana-de-a­úcar e os engenhos para o seu processamento espalharam-se com facilidade por toda a capitania, provocando a expans­ão da fronteira agrícola paulista, sendo incorporadas à regi­o de Itu e Jundiá outras vilas como Mogi Mirim, Piracicaba, Araraquara, Franca e Capivari.

O a­úcar se espalhou com facilidade pelo território paulista, tanto que PETRONE (1968) o dividiu em duas regi­es produtoras de a­úcar: as de “serra acima”, situadas no Vale do Paraíba em dire­ão ao Rio de Janeiro, compreendendo cidades como Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, Jacaré, Taubaté e Pindamonhangaba; a segunda regi­o, na divis­o da autora, situa as terras do sertão, localizadas no planalto paulista entre os rios Mogi-Guaçu, Piracicaba e Tietê, entre as cidades de Sorocaba, Piracicaba e Jundiá. Esta área mais tarde se consolidaria como o maior produtor de a­úcar paulista, ficando conhecida como o quadrilátero do a­úcar (PETRONE, 1968).

Para esta exposi­ão, vamos fazer esta brevíssima recapitula­ão dos primórdios da economia açucareira paulista com destaque para os elementos relevantes para entendermos os novos padrões de acumula­ão e diversifica­ão de atividades verificadas entre as famílias paulistas, no período de 1850 a 1901.

O objetivo deste trabalho é analisar como que ocorreram estas diversifica­ões de capital, ou melhor, como que determinados grupos familiares passaram a diversificar os investimentos conseguidos com o café, e assim, aumentaram suas fortunas. Para tal intento, iremos concentrar nossos estudos em um grupo familiar específico, a família Arruda Botelho, cujas primeiras atividades estiveram ligadas à produ­ão do a­úcar e posteriormente, ao café. Com a fortuna acumulada com o sucesso do café, esta família diversificará seus investimentos atuando em outros negócios como empresa ferroviária, casa comissária e bancos.

OS PRIMEIROS NEGÓCIOS DA FAMÍLIA ARRUDA BOTELHO

Nas primeiras décadas do século XIX o cultivo da cana-de-a­úcar era comum na regi­o de Rio Claro. Os engenhos de a­úcar ali instalados eram, porém, rudimentares em termos de técnicas produtivas, se comparados aos engenhos em funcionamento no nordeste brasileiro (DEAN, 1977: 39). As formas de processamento da cana-de-a­úcar na regi­o foram trazidas por indivíduos vindos da regi­o conhecida como quadrilátero do a­úcar. [1] Após a subida da Serra de Rio Claro, os vastos campos que ali se espraiavam eram denominados como os Campos de Araraquara. [2] A instala­ão desses indivíduos nesta regi­o, nas primeiras décadas do século XIX, foi devido ao recebimento de Carta de Sesmaria (CORRÊA, 1967 e GORDINHO, 2004).

Neste período, o pequeno vilarejo de Araraquara era considerado boca de sertão, último ponto antes de adentrar em terreno desconhecido. Muitos destes indivíduos, sobretudo, militares – em reconhecimento pelos seus serviços prestados a Coroa portuguesa – haviam adquirido terras nesta regi­o. Uma das cláusulas do contrato de sesmarias destaca SÁ NETO (2002), era a ocupa­ão imediata das terras para que não perdesse a posse legal das mesmas. Este mesmo autor

1 - Segundo PETRONE (1968) a regi­o do quadrilátero do a­úcar era formada pelas cidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá.

2 - Geograficamente, a área envolve os municípios de Araraquara, Jaboticabal, São Carlos, Brotas e Dois Córregos.

ressalta, contudo, que era a própria Coroa Portuguesa que estimulava a ocupação do território por meio de mecanismos de incentivo para aqueles que se predispuessem a abrir uma propriedade voltada para a lavoura ou à criação. Existiam duas vocações para as novas propriedades que proporcionavam a sua posse legal: a lavoura do açúcar, em voga no período, mas que demandava um contingente elevado de escravos para a sua manutenção; e as atividades pecuárias, mais viáveis e com um custo menor em braços para tocar o empreendimento.

Dentre os proprietários que investiram no estabelecimento de lavouras em suas terras está Carlos José Botelho (1778-1854), o Botelhão. Em 1815, coube a Carlos José a posse da Sesmaria do Pinhal, por herança de seu pai, Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho[3]. A área da sesmaria era de três léguas de quadra. A posse formal da sesmaria de Carlos Bartholomeu, onde havia sido instalada uma fazenda de criação de animais, ocorre com a abertura da Fazenda Pinhal. Para GORDINHO (2004: 19), a posse desta sesmaria “era o primeiro passo que Carlos Bartholomeu dava para a instalação de bases sólidas para toda a família”. E, de fato o foi como pretendemos analisar ao longo deste trabalho.

A extensão de terras sob sua posse não se limitou a Sesmaria do Pinhal. Pouco depois, Carlos Bartholomeu adquiriu por compra do Cirurgião Mor Manoel Martins dos Santos Rego uma concessão de sesmaria na mesma região. Neste mesmo ano de 1786, seu filho mais velho, Manoel Joaquim, foi agraciado com uma terceira sesmaria, de três léguas de quadra, também nos Campos de Araraquara (GORDINHO, 2004: 23). Em 1795, Carlos Bartholomeu de volta a Piracicaba, requereu e conseguiu a Sesmaria do Bom Jardim do Salto, junto ao rio Piracicaba. Com todas estas terras, a posição social da família foi fortalecida e também estavam lançadas as bases pela qual a fortuna familiar prosperaria.

O pai adquiriu as terras, cabendo aos seus filhos efetuarem a posse das mesmas. A Sesmaria do Pinhal foi dada ao seu filho Carlos José, natural de Piracicaba, mas sempre residente em Araraquara. Para tomar posse de suas terras, Carlos José, o Botelhão[4], instalou uma pequena lavoura e construiu sua casa de morada, cujas características arquitetônicas lembram outras da região de Itu e Piracicaba. Além dos afazeres na Fazenda Pinhal, o Botelhão, se envolveu com a política local, assumindo posição de destaque. Foi o primeiro presidente da Câmara de Araraquara (1833), delegado e inspetor de estradas (GORDINHO, 2004).

A dedicação à política não prejudicou a Fazenda Pinhal, cujas atividades agrícolas transcorriam normalmente. Para SÁ NETO (2002), foi por volta de 1816 que podem ter se iniciado o plantio da cana, sendo que em 1825 tinha ocorrido a instalação do primeiro engenho de açúcar. Na verdade, o registro forma da instalação do engenho está presente no inventário de Cândida Maria do Rosário, viúva de Carlos José, com data de 1844. Neste documento estão recolhidos os indícios mais significativos do engenho da Fazenda Pinhal: “uma morada de casas na Fazenda do Pinhal com engenho de moer cana onde se fabrica açúcar e aguardente com os seus utensílios” (ÓSIO IN: SÁ NETO, 2002: 25).

Há indícios que o engenho da Fazenda Pinhal tenha funcionado até a década de 1850. Com o falecimento de Carlos José, a fazenda passa a ser administrada por um de seus filhos, Antonio Carlos de Arruda Botelho (1827-1901), personagem cuja trajetória nos negócios será aqui investigada.

Antonio Carlos de Arruda Botelho e seus irmãos estavam estabelecidos na cidade de Piracicaba. Antonio Carlos havia contraído matrimônio com a jovem Francisca Theodoro Coelho, filha do proprietário de terras e político Frutuoso

3 - Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho (1740-1815) ascendeu socialmente devido à carreira militar, lhe garantindo prestígio e destaque dentro da sociedade local. Em 1780, requereu junto à coroa portuguesa àquela que viria a ser a sua primeira sesmaria, perfazendo um total de três léguas de quadra, situada nos campos de Araraquara. Carlos Bartholomeu ampliou os seus domínios de terras comprando e requerendo novas sesmarias próximas a sua primeira doação. Casado com Maria Meira de Siqueira, tiveram quatro filhos, Manoel Joaquim Pinto de Arruda, Maria Francisca de Arruda, Eugênia Antônia de Arruda e Carlos José Botelho (o Botelhão). As sesmarias foram divididas entre os dois filhos homens (GORDINHO, 2004, 19).

4 - Casado com Candida Maria Sampaio. Tiveram ao todo nove filhos: Maria Jacintha de Meira, Carlos de Arruda Botelho, Antonio Carlos de Arruda Botelho, Capitão João Carlos de Arruda Botelho, Cândida Maria da Pureza, Joaquim de Meira Botelho, Cel. Paulino Carlos de Arruda Botelho, Eulália Carolina de Meira e Bento Carlos de Arruda Botelho. (ARRUDA BOTELHO, 2009)

Coelho. Desde 1850, época em que recebeu a convocação de seu pai, Antonio Carlos, estava prosperando nos negócios em Piracicaba como dono de armazém de secos e molhados. Neste estabelecimento vendia “tecidos, ferragens, produtos de armarinho e papelaria, roupas, pólvora, utensílios domésticos (pratos e panelas de ágata e ferro, louças), sapatos (chinelos e botas), espoleta, chumbo, sal, vinho e manteiga importados, enfim todo o necessário para o abastecimento das fazendas da época”. (GORDINHO, 2004: 38) Seus maiores clientes eram fazendeiros, que “compravam principalmente roupas e tecidos para si e para vestir seus escravos, além dos apetrechos de costura, sal e pólvora”. Em seus livros de contas dos anos de 1850 a 1853 constam os registros da instalação de uma padaria e gastos com pedreiros e transporte com padeiro (GORDINHO, 2004: 38).

As atividades comerciais em Piracicaba são interrompidas em 1853, quando Antonio Carlos atende ao chamado de seu pai e se transfere para a Fazenda Pinhal, assumindo a mesma com o seu falecimento, em 1854.^[5] A partir de então, trata de administrar e expandir seus negócios. Assim, como o seu pai, se envolveu com a política local, assumindo os postos de juiz municipal e presidente da Câmara de Araquara (1857 a 1860) e inspetor de instrução pública e inspetor de estradas (GORDINHO, 2004). Ainda interessado no comércio, montou em parceria com Francisco Jerônimo de Bitencourt a “Sociedade Comercial de Gêneros Nacionais e Estrangeiros”, que funcionou entre 1857 e 1860 na cidade de São Carlos^[6]. Tal fato demonstra o senso de oportunidade de negócios de Antonio Carlos, que se estabeleceu na recém-criada vila um ponto de abastecimento de gêneros de toda a natureza.

Na Fazenda Pinhal, Antonio Carlos intensificou as plantações de café iniciadas pelo seu pai na década de 1840, e também as atividades de pecuária, ficando em um plano secundário as atividades ligadas tanto ao cultivo da cana como à produção de açúcar/aguardente. O que acabamos de afirmar pode ser verificado no inventário de sua primeira esposa, Francisca Theodora Coelho, falecida em 1862. Neste documento não há menção às atividades ligadas ao açúcar na fazenda, o que não quer dizer que Antonio Carlos tenha abandonado o cultivo da cana. Pelo contrário, sabe-se que ele transferiu as atividades açucareiras para outra fazenda de sua propriedade, então recém-adquirida, a Santo Antonio. Nesta foram instalados, segundo GORDINHO, (2004: 61) uma plantação de cana e um engenho de açúcar, ficando na Fazenda Pinhal as atividades pecuárias (bovinos e suínos) e de lavoura, com o plantio do café. As atividades desenvolvidas tanto no Pinhal como na Fazenda Santo Antonio estavam voltadas ao mercado interno, desempenhando papel importante durante a Guerra do Paraguai para o abastecimento das tropas brasileiras acampadas na província de Mato Grosso, com o envio de carnes e derivados do açúcar.

Viúvo e com um filho pequeno para criar, Antonio Carlos se decide pelo segundo matrimônio, desta vez, com a filha de um importante proprietário de terras da cidade de Rio Claro, José Estanislau de Oliveira. O casamento com Anna Carolina de Mello Oliveira, ocorrido em 1863, ou melhor, a união com a família Oliveira, permitiu que Antonio Carlos galgasse novos patamares de riqueza não apenas na região, como na própria província de São Paulo.

A MODERNIZAÇÃO DA CAFEICULTURA E A CIA. DE ESTRADA DE FERRO RIOCLARENSE

Nas décadas seguintes ao seu casamento com Anna Carolina, Antonio Carlos aumenta seu patrimônio. Em 1876, forma a Fazenda do Lobo (planta 34.000 pés de café), mais tarde passada como avanço de legítima ao filho pri-

5 - A situação da Sesmaria do Pinhal não foi resolvida de imediato. Com mais de 10.000 alqueires, ficou em estado pró-indiviso até 1895 (GORDINHO, 2004).

6 - A Vila de São Carlos foi fundada pelos Arruda Botelho, em 1857.

mogênito, Carlos José[7]. Adquire e forma também, nas cercanias de São Carlos, mais duas fazendas, a Palmital e a Serra, em ambas investindo no plantio de café. Contudo, a atividade econômica da propriedade não era apenas o cultivo do café. Em seu estudo sobre a Fazenda Palmital, Rosane Messias evidencia que esta unidade, aberta também em 1876, era um exemplo de fazenda mista, com “produção de café, milho, feijão, e criação diversos animais para atender à demanda da fazenda” (MESSIAS, 2005: 27-28). Este padrão se repetiria em suas outras propriedades, com o claro direcionamento às atividades cafeeiras.

Antonio Carlos investiu na produção de café em suas fazendas com a compra de máquinas de beneficiamento e outros equipamentos que auxiliavam no preparo do grão após a colheita. Na Fazenda Pinhal, onde a plantação de café não era tão expressiva (algo em torno de 80.000 pés), Antonio Carlos equipou a tulha da fazenda com uma máquina de beneficiamento das indústrias MacHardy e importou uma turbina para movimentá-la. Junto com a máquina de beneficiamento encomendou ao engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, as vagonetas e trilhos do sistema Decauville, utilizados para o transporte do grão seco de café do terreiro até a tulha. Com base no livro de entradas e saídas de material Decauville pertencente ao escritório de engenharia de Paula Souza, em Campinas, referente ao ano de 1881, o então Barão do Pinhal havia feito uma aquisição no valor de 3:822\$000 (CAMPOS, 2007: 187). O material não era exclusivo do Pinhal, sendo distribuído para uso em suas outras fazendas.

Aliado ao seu sogro pode-se afirmar que era significativa a produção de café desta família, contudo, a falta de transportes eficientes nos Campos de Araraquara inviabilizava a produção do café na região. Ainda não servida pelas ferrovias (a ponta de trilho da Companhia Paulista era a cidade de Rio Claro), as produções de Araraquara e São Carlos eram escoadas pelas precárias estradas de rodagem, situação que era conhecida de Antonio Carlos, que como inspetor de estradas, elaborava melhoramentos pontuais. Nestas estradas, que após as estações chuvosas necessitavam ser refeitas, o transporte do café estava sujeito às intempéries climáticas e ao difícil trânsito por estas vias.

Projetos para a construção de linhas ferroviárias que conectariam a região à capital tramitavam no governo provincial, como o projeto do engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno (1875). A especulação sobre a abertura de uma ferrovia ganhou novo impulso em 1877, quando a Companhia Paulista finalmente atinge Rio Claro. Pouco tempo depois, o governo provincial concede o direito de construir e explorar comercialmente uma linha entre Rio Claro e Araraquara aos engenheiros Adolpho Augusto Pinto e Luiz Augusto Pinto. Neste traçado, os trilhos partindo de Rio Claro passariam pela cidade de Itirapina, seguindo depois para São Carlos e Araraquara.

O traçado proposto na concessão dos irmãos Pinto, posteriormente da Companhia Paulista [8], favorecia os produtores da região, entretanto, não satisfaziam o principal grupo familiar local: Oliveira e Arruda Botelho. O desvio para Itirapina não se mostrava favorável para as terras de Oliveira, situadas a mais de 30 quilômetros dos trilhos da nova estrada. Este episódio é especialmente curioso pela “habilidade” de Antonio Carlos em manipular a situação a seu favor. Ocupando cadeiras da Assembleia Legislativa de São Paulo, desde 1864, como deputado pelo Partido Liberal, em 1880, Antonio Carlos chegou a presidente da Assembleia Legislativa. Esta posição certamente o auxiliou a tecer alianças políticas entre os deputados, para que o projeto de construção da nova linha da

7 - Em 1880, a fazenda do Lobo foi doada a Carlos Botelho como avanço de legítima do seu pai. No inventário de sua mãe, na partilha de bens, coube ao herdeiro escravos, e não terras. Entretanto, havia uma referência que dizia “uma parte das terras do Lobo” foi comprada da irmã de seu pai, Rita de Cássia de Meira. (Autos do Inventário de D. Francisca Theodora, 1862, apud SOUZA ARANHA, sd.: 272)

8 - A concessão foi dada aos irmãos Pinto, contudo, foi repassada (ou melhor, vendida) à Companhia Paulista. Especula-se que a venda foi parte de um acordo no qual caberia aos irmãos a elaboração de um projeto de uma nova linhas. (CAMPOS, 2007)

Companhia Paulista não fosse aprovado. Diante da não aprovação, a Companhia Paulista acaba por se desinteressar pela construção da linha, deixando o caminho aberto para que Antonio Carlos adquirisse, por meio de compra, a concessão.

A concessão adquirida por Antonio Carlos, por seu sogro e família Oliveira, percorria um traçado favorável aos interesses dos negócios do grupo. O caminho de ferro deveria seguir a margem da Serra de Corumbataí até atingir as terras da sesmaria do Cuscuzeiro (Analândia) e depois São Carlos e Araraquara. Caberia também aos novos proprietários a organização de uma companhia para a construção da nova linha. A constituição da empresa ferroviária será um marco significativo, o avanço de um patamar de riqueza, que realçaria ainda mais o poderio econômico da família Arruda.

Nesta época, muitas companhias ferroviárias viabilizam seus empreendimentos beneficiando-se da política imperial de garantia de juros, uma medida que buscava incentivar o desenvolvimento das redes ferroviárias na província de São Paulo. Com o uso desta medida, os empresários tinham a garantia de 7% do capital investido da companhia assegurado pelo governo (5% do governo central e 2% do governo provincial). Muitas companhias anteriores e contemporâneas à Rioclarense como a Companhia Paulista (1868) e a Companhia Mogiana (1870) fizeram uso desta medida para garantir a construção de suas linhas férreas.

Em uma manobra ousada, Antonio Carlos, que desde 1879 era Barão do Pinhal, reuniu a quantia de cinco mil contos de réis entre os familiares de sua esposa e produtores locais de Rio Claro e dispensou o auxílio da garantia de juros. Foi a primeira empresa ferroviária a ser construída nestes padrões (GRANDI, 2007). Tendo Antonio Carlos como presidente e seu sogro e cunhados como diretores, a companhia chamou para dirigir os trabalhos de projeto e construção da linha ao mesmo engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, que lhe vendera as vagonetas do sistema Decauville.

O uso de uma aparelhagem moderna permitiu que o levantamento da nova linha entre Rio Claro e Araraquara fosse feito em menos tempo, acelerando assim as obras. A contratação de Paula Souza foi em 1880 e, em 1883, os trabalhos de levantamento até a cidade de Araraquara já estavam concluídos. A linha foi entregue ao tráfego de Rio Claro a São Carlos em 1884. (GRANDI, 2007: 48-51). considera que a construção da Rioclarense trouxe impactos positivos para a região de São Carlos e Araraquara, os quais elencamos abaixo:

- reestruturação da economia agrícola local, com a especialização e a diversificação de produção de algumas cidades;
- desenvolvimento da agricultura de alimentos e da indústria de manufatureiros;
- mobilidade do trabalho livre e urbanização das cidades servidas pela linha;
- ampliação da rede urbana paulista.

Os benefícios para o grupo familiar liderado por Arruda Botelho também foram expressivos. A Rioclarense independentemente de ser uma empresa lucrativa, despertava o interesse de outros capitalistas e companhias ferroviárias, em especial, a Companhia Paulista. Cercada pelas demais companhias ferroviárias, a Paulista tinha chances de prolongamento limitadas pelo, assim chamado, oeste novo. A solução seria a anexação dos seus trilhos com a Rioclarense, que a per-

mitiria alcançar zonas novas e a habilitaria a disputar, com suas concorrentes, o caminho para o estado de Mato Grosso, tão cobiçado na época. A partir de 1888, a diretoria da Paulista, através de seu engenheiro do Escritório Central, Adolpho Augusto Pinto, irá começar um processo de negociação da venda da Rioclarense à Paulista (GRANDI, 2007). Outro grupo interessado em adquirir a companhia foram os ingleses, já possuidores do trecho de decida da Serra do Mar, a São Paulo Railway Company, que estavam desejosos em ampliar sua atuação nas zonas novas (GRANDI, 2007).

GRANDI (2007: 81) tece algumas considerações sobre a decisão de Antonio Carlos sobre a venda da Rioclarense, mas afirma que a principal motivação teria sido “sua obstinação em aumentar seus rendimentos com sua principal atividade econômica, a cafeeicultura”. Em 1889, finalmente a companhia era vendida ao capital inglês, passando a ser a The Rio Claro – São Paulo Railway Company. O pagamento à vista foi de £1.050.000, ou seja, ao cambio de 27 pences por mil réis[9], o valor em mil-réis da venda é de 9.332:400\$000.

BANCOS, COMERCIALIZAÇÃO E EXPANSÃO CAFFEEIRA

Após a venda da ferrovia em 1889, o, agora, Conde do Pinhal[10] junta-se a outros fazendeiros de café e aproveitam a conjuntura favorável criada pela reforma monetária de 1888 para abrirem três bancos, um, na cidade de São Paulo, e outros dois, nas cidades do interior, São Carlos do Pinhal e Piracicaba. A política monetária do final do Império e início da República, entre 1888 e 1891, alterou as regras de funcionamento do mercado monetário e financeiro, provocando uma intensa movimentação financeira com a criação de bancos emissores que acabam por desencadear a crise do Encilhamento.[11]

O banco fundado na capital paulista – Banco de São Paulo, autorizado a funcionar em 05 de outubro de 1889, dispunha de capital no valor de 10.000 contos, abria suas operações com 10% do seu capital e com a autorização para emitir até 3.000 contos de réis (TANNURI, 1981: 46). Entre os acionistas estavam os parentes de sua esposa, condessa do Pinhal: Estanislau José de Oliveira, Barão de Araraquara, seu cunhado, irmão mais velho da condessa, grande proprietário de terras; João Batista de Mello Oliveira, quinto irmão da condessa e Rafael Paes de Barros, Barão de Piracicaba, seu concunhado, casado com uma irmã da condessa. Além dos aparentados participavam do empreendimento bancário: o Marquês de Três Rios, o Barão de Tatuí, Carlos Teixeira de Carvalho, José de Almeida Prado, Luiz Berrini e o Barão de Jaguará. A notícia da abertura do banco no Diário Popular enfatizava o seu papel de banco de emissão: (...) “resolveram a fundação do banco com capital de 10 mil contos, cujo fim é executar a última lei e regulamento de emissão” (SAES, 1986: 79).

Na assembleia de instalação do Banco de São Paulo participaram 147 acionistas, sendo escolhido presidente, o conde do Pinhal, e os membros da diretoria. Na mesma assembleia foram fixados os honorários da diretoria 6:000\$000 (seis contos de réis) por ano e uma gratificação mensal de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) para o presidente, e de 1:000\$000 (um conto de réis) para os demais diretores (*Diário Popular*, 26/09/1889:2, apud SAES, 1986: 79). Até seu falecimento em 1901 o conde do Pinhal ocupou a presidência do banco.

Além do estímulo dado pela política econômica, por meio de favores oferecidos aos bancos intermediários (TANNURI, 1981: 41), o Conde contava com um elemento a mais: dispunha de liquidez, em decorrência da venda da empresa

9 - O valor da libra em mil-réis era de 8\$888 (8 mil-réis). Ver TANNURI, 1981: 79.

10 - Antonio Carlos de Arruda Botelho recebeu os seguintes títulos nobiliárquicos: Barão do Pinhal (1879); Visconde do Pinhal (1883) e Conde do Pinhal (1887). Ver: BOTELHO, 2000: 16.

11 - Ver análise do fenômeno especulativo em TANNURI (1981).

ferroviária ao capital inglês. Aquele momento, influenciado pelas circunstâncias criadas pelas mudanças institucionais, era excepcional e pesou na decisão de trilhar por novos setores da atividade econômica.

O que chama a atenção no Banco de São Paulo é a participação dos fazendeiros de café na sua fundação. O que se pode observar é que afora o Marquês de Três Rios que já atuava na atividade financeira com participação no Banco de Campinas, de vida fugaz, os outros diretores eram neófitos no negócio, assim como, o próprio Conde do Pinhal. Até 1889, o embrionário sistema bancário e financeiro fora fundado, sobretudo, por comerciantes e capitalistas, emprestadores de dinheiro a juros, que operavam na cidade de São Paulo e /ou de Santos. Há exceções, como o caso da Caixa Filial do Banco do Brasil, única instituição bancário até 1860, dirigida pelo Barão de Iguape, embora grande proprietário de terras e de fazendas o que o distinguia era sua atuação como grande comerciante (SAES, 1986:72-3).

A partir de 1885, segundo Saes (1986: 77), tem início um movimento de busca de “investimento alternativo” por parte dos fazendeiros. Esta procura por novas fontes de acumulação parece ter sido fomentada ainda mais pela concessão do direito de emissão às companhias anônimas (Decreto n. 3403 de 24 de novembro de 1888), que se propusessem a fazer operações bancárias e a emitir bilhetes ao portador e à vista. Este decreto e mais regulamentações sucessivas, principalmente, no período de janeiro a julho de 1889, levaram ao governo proposta de fundação de “grandes bancos” (TANNURI, 1981: 42-4).

Embora a política monetária dos fins do império não explique por si só a constituição do sistema bancário da Província, pois este já vinha sendo formado pelo processo “quase natural” descrito por Saes: “é o movimento do próprio capital que vai constituir esses estabelecimentos” (SAES, 1986: 79). Vemos que a reforma monetária e financeira do fim do Império e dos primeiros anos da República não foi neutra em relação à expansão das instituições bancárias fundadas por fazendeiros. Nessa esteira encontram-se o Banco de Comércio e Indústria de São Paulo fundado em 1890 e capitaneado, pelo Marquês de Três Rios[12]. Entre os sócios constavam grandes fazendeiros: o Barão de Piracicaba, Rafael Paes de Barros, Antonio de Souza Queiroz e José da Silva Prado; pode-se perceber que os nomes se repetem na participação dos empreendimentos. Carlos P.H. Nielsen ex-gerente do banco inglês figurava no empreendimento que prometia dividendos de 12% ao ano. Além da sede na capital foram abertas duas filiais, uma em Campinas, outra em Santos (Almanach do Estado de São Paulo, 1891: 10 apud SAES, 1986:80).

Em 1891, o Conde do Pinhal fundou o Banco União de São Carlos, na cidade de São Carlos. Na gerência do banco, o conde colocou seu genro Firmiano de Moraes Pinto[13], casado com sua filha Cândida. No mesmo ano, participou ainda da fundação do Banco de Piracicaba, seguramente, aproveitando a conjuntura favorável criada pela política monetária. Esses bancos localizados mais próximos dos fazendeiros facilitavam as transações de depósito-empréstimo, porém o papel mais especializado e uma clientela mais restrita podem ter determinado a sua curta duração, pois distintamente do Banco de São Paulo, que se tornou próspero, aqueles sucumbiram à primeira crise de superprodução de café de 1896. Provavelmente, sentiram mais fortemente o impacto da política monetária de contenção da emissão de moeda e de restrição do crédito de Joaquim Murinho, no governo de Campos Salles. Diante dos percalços vividos desde 1896, o Banco

12 - O capital subscrito foi 10.000:000\$000 (dez mil contos de réis) e capital pago 2.000:000\$000 (dois mil contos de réis).

13 - Firmiano de Moraes Pinto foi Deputado Federal, Secretário da Agricultura, da Fazenda e da Justiça do Estado de São Paulo.

União de São Carlos entra em liquidação em 1902. Em uma época de crise de superprodução e de declínio dos preços do café e, conseqüentemente, redução da renda, as dificuldades em cumprir com contratos por parte dos tomadores de empréstimos levaram os bancos à bancarrota (GORDINHO, 2004: 89 e SAES, 1986: 101).

Afora os três bancos, o outro empreendimento que evidencia a diversificação do padrão de acumulação ou a busca por fontes alternativas de acumulação foi a abertura da Casa Comissária Arruda Botelho-Santos. Diante de uma sociedade ainda pouco acostumada a depositar dinheiro em bancos e/ou a tomar empréstimos, o crédito torna-se uma mercadoria escassa e, portanto, de custo elevado, expresso na alta taxa de juros. Em que pese o avanço da estrutura bancária atingido na década de 1880 e no início da seguinte, ainda a sociedade se ressentia da falta de crédito, principalmente entre os grandes e médios cafeicultores que aspiravam elevado padrão de vida, que sonhavam em enviar seus filhos para Europa para realizarem seus estudos e arranjar bons casamentos. Na cafeicultura não bastava plantar, colher e beneficiar o café era preciso armazenar, esperar o “bom momento”, ou seja, preços altos no mercado internacional, para, então, comercializar e vender. Assim, há na cafeicultura um período em que se gasta muito e se recebe pouco, falta recursos monetários para fazer face às despesas. Na ausência de crédito para financiar os gastos de consumo e de custeio, o fazendeiro dependia do comerciante do café, do comissário, que lhe adiantava os recursos monetários necessários para cobrir as despesas. O fazendeiro se comprometia a entregar para o comissário sua safra futura, que, às vezes, nem colhida estava. Portanto, a garantia do financiamento da lavoura de café estava no pé do cafeeiro. Qualquer infortúnio na colheita representava um desastre, pois o fazendeiro já se encontrava endividado.

Na gerência da casa comissária, o Conde colocou seu sobrinho Joaquim de Meira Botelho, filho do seu irmão com quem mantinha contato mais frequente, Joaquim de Meira Botelho. Quando da fundação da casa comissária, o Conde escreveu aos fazendeiros da região – Araraquara, São Carlos, Brotas, Rio Claro, comunicando seu interesse em intermediar a comercialização do café. Assim, ele montou uma rede de fazendeiros dispostos a entregar a venda de suas safras à casa comissária Arruda Botelho Santos. Estes fazendeiros eram eles mesmos beneficiados pela ferrovia que o Conde havia construído, era patente que a ferrovia e a capilaridade de seus ramais cumpriram papel essencial em “catar” o café nas diversas fazendas e colocá-lo nos armazéns em Santos à espera da venda e do embarque para o mercado internacional.

As atividades da casa comissária se articulavam aos outros empreendimentos do Conde. Assim, a casa comissária exercia na verdade papel de captadora de recursos para os bancos, no caso, para o Banco de São Paulo e Banco União de São Carlos. No inventário do Conde, é possível perceber que a Casa Comissária negociava todo o café produzido pelas fazendas da família Arruda Botelho e atendia as encomendas das mercadorias necessárias para o dia-a-dia, desde produtos de uso pessoal até para o consumo da fazenda, dos colonos, e máquinas e ferramentas, sacos para embalar o café etc.[14].

Na correspondência triangular – a casa comissária, os fazendeiros e os gerentes de lojas fornecedoras de produtos – é possível verificar as mais variadas transações realizadas desde encomendas de bacalhau, vinhos do Porto, azeites, vestidos, sabonetes, louças importadas até ferramentas, peças de reposição de

14 - Ao todo eram 10 fazendas mais a Cia. Agrícola de Ribeirão Preto.

máquinas e sacos para embalar café.

A liquidação da casa comissária consta do inventário *post mortem* do Conde, em 1901 (Inventário do Conde do Pinhal, 1ª. Vara de Orphans, 3º. Cartório, proc. 239, 1901, TJSP).

A diversificação dos negócios do Conde, com investimentos nos bancos e na casa comissária realizados nos anos de 1889 e início dos anos de 1890, não significou o abandono da produção cafeeira, ao contrário, houve expansão da lavoura por meio da compra da Companhia Agrícola de Ribeirão Preto. É interessante observar que o Conde se desfez de velhas fazendas – Palmital, Santo Antonio e Serra, – situadas na região de cultivo mais antigo e, portanto, menos produtivas, para adquirir um empreendimento organizado em bases modernas, situado na região mais produtiva do estado e para onde se destinavam os imigrantes, sobretudo italianos, vindos da imigração subsidiada. Com os recursos mobilizados dos seus empreendimentos, da venda das fazendas e de um empréstimo junto às instituições financeiras Banco de Crédito Real de São Paulo e Banco da República do Brasil, o Conde pode reunir os recursos necessários para realizar a transação de compra da companhia agrícola a qual totalizou na importância de 5.410:000\$000 (cinco mil quatrocentos e dez contos e de réis) em março de 1895 (Inventário do Conde do Pinhal, 1ª. Vara de Orphans, 3º. Cartório, proc. 239, 1901, TJSP: 46).

A Companhia Agrícola de Ribeirão Preto era uma vasta propriedade situada nos limites dos municípios de Ribeirão Preto e Cravinhos, com 2 milhões e quinhentos pés de cafeeiros. A área total da companhia era de 6 mil hectares, dos quais metade era ocupada pela cultura do café e a outra por pastagens, matas e invernadas e empregava em torno de 5 mil trabalhadores na sua maioria italianos. A Companhia organizava-se em 8 seções, denominadas Toca, Monte Belo, Monte Parnaso, Lagoa, Tibiriça, Matão, Santa Fé e Engenho, que se comunicavam com a administração geral localizada na seção principal denominada “Ximborazio” ou Chimborazo. Os trilhos da estrada de ferro Mogiana atravessavam de ponta a ponta a empresa, totalizando 20 quilômetros. Perfeitamente organizados, com material rodante e vagões, os caminhos de ferro percorriam o perímetro da propriedade, facilitando a condução das sacas de café produzidas pelos milhões de pés da rubiácea. Havia ainda grande número de gôndolas e dois carros de passageiros. Três tipos de locomotivas estavam em operação na empresa: “(...)Alfa, a menor usada em manobras; Omega, para o transporte do café da roça e a Chimborázio, a mais possante para o transporte do café beneficiado para a Estação da Cia. Mogiana.”(BOTELHO, 1911)

Duas estações estavam localizadas nas suas terras: Cravinhos e Tibiriçá. A correspondência entre a casa comissária e a companhia, em especial, nos comunicados de remessas de sacas de café, permite verificar o embarque de café por uma e outra estação Cravinhos ou Tibiriçá. A fundação da companhia nos lança de volta ao ano de 1888, quando um grupo de comerciantes e financistas do Rio de Janeiro decidiu fundar a companhia com os recursos desmobilizados do comércio de escravos. A companhia foi organizada dentro de princípios “modernos” das grandes empresas, em seções, onde o trabalho era eficientemente controlado, e uma seção central, que orientava e supervisionava as demais. Os capitalistas fluminenses mantiveram a empresa, quando em decorrência da crise financeira, a venderam para o Conde do Pinhal, em fevereiro de 1894. Na administração da companhia, o conde colocou seus filhos Carlos Amadeu, Carlos Américo, como

diretores, e Carlos José, seu filho mais velho, como gerente. A correspondência entre o conde com seu filho Amadeu mostra as preocupações que o norteavam. O objetivo da compra daquele enorme empreendimento, como o próprio conde expressava em suas cartas, era viabilizar uma carreira profissional e, consequentemente, autonomia econômica dos filhos [15]:

15 - À exceção de Carlos Jose Botelho, médico, e mais tarde Secretário da Agricultura do estado de São Paulo (1904-08), os demais filhos administravam e dependiam dos negócios fundados pelo pai.

(...) comprei essa Companhia por me parecer que era bom negócio para os filhos e só para eles, porém vejo que eles não desejam tomar a sua administração diretamente como a Companhia está constituída. (...) [16]

16 - Carta do Conde do Pinhal para seu filho Amadeu. São Paulo, 6 de outubro de 1898.

Longe da figura do proprietário ausente, residente na capital e envolvido com as atividades comerciais e financeiras, as cartas revelam um proprietário que administrava uma das suas fazendas – a Pinhal – e repassava aos filhos conselhos, preocupações e instruções de como realizar as tarefas ligadas à lavoura, à organização da mão de obra, às tarefas pós-colheita, secagem e beneficiamento do café.

(...). Digo-vos que a minha colheita aqui já terminou e amanhã puxa-se o último café da roça. Aí quando se acaba? Quantos dias têm chovido? Aqui varou o tempo hoje e parece com jeito de durar. É preciso muito cuidado com o café do terreiro que apanharam chuva e precisam do serviço de rodo muito ativo, desde as 10 horas até às 4 da tarde. É preciso muito cuidado na roça a fim de não haver prejuízo do café porque a palha molhada dificulta muito o abanamento e por isso vai muito café na palha. Estou ansioso pelo término da colheita[17].

17 - Carta do Conde do Pinhal para seu filho Amadeu. Fazenda Pinhal, 26 de setembro de 1898.

As cartas varrem o ano de 1898 e mostram a dificuldade de contratar mão de obra para carpir e limpar o cafezal, uma das tarefas mais importantes para assegurar a produtividade do cafeeiro. As idas à Hospedaria de Emigrantes, no Brás, em busca de trabalhadores e de famílias de imigrantes, nessa época, resultavam frustrantes.

(...) Vejo que ainda estas em diligência de arranjar gente para carpir o cafezal sem colono, o qual devia estar com a 2a limpa já realizada. A limpeza dos pastos e a expedição das palhas para os cafezais, não me afligem tanto a demora de mais um mês ou menos um mês, mas as limpas nos cafezais se impõem em absoluto; é preciso limpar de um ou de outro modo.

18 - Carta do Conde para seu filho Amadeu. Fazenda do Pinhal, 25 de setembro de 1898.

O Carlos [Carlos Botelho] por meio de quem você esperava reforço de colonos tem estado na emigração todos os dias para arranjar para si e não lhe era possível ao mesmo tempo arranjar para lá. Ele aqui está de pouso e segue hoje para Dourado e me disse que inscreveu na emigração ao ajudante do G. Lima daí para ter entrada na imigração a fim de poder esse serviço ser feito independente dele que é o que convém[18].

As cartas revelam a mentalidade do fazendeiro, as preocupações constantes – com as intempéries, com a mão de obra, com as tarefas de cada etapa do processo produtivo, e com a safra presente e futura. Nem o financista, nem o comerciante apagou a mentalidade do produtor metuculoso com as tarefas da lavoura.

Em 11 de março de 1901, aos 73 anos, o conde faleceu na Fazenda Pinhal inesperadamente, pois não estava doente e tampouco sofreu acidente. Morreu dormindo. Apreensivo, talvez com o roubo de que fora vítima dias antes, em sua viagem de negócios para o Rio de Janeiro. Na baldeação, em Taubaté, roubaram quase 300 contos de réis em dinheiro que levava consigo.

Seguiu-se a abertura do seu inventário. O conde não fizera testamento. A análise do inventário permite conhecer o total da riqueza amealhada ao longo de sua existência, o legado deixado à esposa e aos herdeiros e como seu patrimônio estava distribuído entre diversos ativos reais e financeiros.

No transcorrer do inventário surgiu um conflito de interesses entre os herdeiros, tendo como estopim justamente o valor atribuído à Cia Agrícola de Ribeirão Preto. Carlos Botelho, único filho do primeiro casamento do conde, considerava a companhia subavaliada, sendo ela a “joia” entre os bens deixados pelo inventariado (Inventário do Conde, 1901, v. 2: 13 verso - 14, grifos, marr). No monte mor, o valor da empresa era de 3.127:500\$000, sendo, de fato, o item mais valioso do inventário, correspondia a 28% do total da riqueza. Na partilha, as ações da companhia foram distribuídas entre a condessa e seus filhos. (Inventário do Conde, 1901, v. 2 : 13 verso - 20). A contestação de Carlos Botelho funda-se em três elementos: a companhia fora adquirida por valor superior 5.000:000\$000 (5 mil contos de réis); desde então, investimentos foram realizados, de modo que só a valorizaram, e, por fim, em média, o rendimento anual do empreendimento era de 1.000:000\$000 (um mil conto de réis) (Inventário do Conde, 1901, v. 2: 19-23). Na petição, o advogado, Pedro Lessa, afirmava que seu cliente “será o único herdeiro a sofrer prejuízo”, pois, os demais, sendo herdeiros da condessa, receberão no futuro: “(...) quanto mais baixas as avaliações mais será a porção de bens e valores contida na meação da inventariante” (Inventário do Conde, 1901, v. 2: 23).

Na defesa dos herdeiros e da meeira, o genro, Firmiano de Moraes Pinto, alegava a crise que se instalara na produção cafeeira e a redução do preço da saca de café, entre 1895 e 1901, como responsáveis pela desvalorização da empresa agrícola; além de que os rendimentos líquidos eram bem menores e restava uma dívida junto aos bancos financiadores (Inventário do Conde, 1901, v. 2: 46 v- 48 v).

O pedido de reavaliação não foi atendido, os interesses se acomodaram, quando a condessa vendeu 20 alqueires de terras da fazenda do Pinhal a Carlos Botelho para que sua fazenda Santa Francisca do Lobo continuasse a ter acesso ao córrego Capuava para o abastecimento de água.

Do inventário pode-se extrair a forma como estava distribuída a riqueza entre diversos ativos. Na tabela I, o destaque fica por conta da pequena participação dos ativos financeiros (ações de bancos, companhias), com participação de 14%, diante dos ativos reais (fazendas e a Cia Agrícola) que chegavam a quase 34 % do total do patrimônio, esta participação seria maior ainda se agregássemos o valor das fazendas dadas em avanço de legítima para cada um dos herdeiros[19].

Chama a atenção, a baixa participação das dívidas ativas, ou seja, o Conde não se dedicava à atividade de emprestar dinheiro a juros, a não ser para os seus filhos, que eram seus maiores devedores. As duas rubricas sob o título de

19 - O avanço de legítima era formado pelo valor das fazendas situadas em Jaú: Oficina, Carlota, Santana, Santo Antonio, Santa Sofia, João das Velhas e Olaria.

dívida ativa estão relacionadas aos herdeiros.

A tabela II sintetiza os resultados do inventário. O passivo do acervo atingiu a importância de 992:725\$409, cerca de 8% do monte mor sendo a maior dívida a com o Banco São Paulo. A fortuna líquida deixada pelo conde no valor de 10.279:396\$646 (dez mil duzentos e setenta e nove contos trezentos e noventa e seis mil e seiscentos e quarenta e seis réis) pulverizou-se entre a esposa e seus 13 filhos, e assim a vasta rede de negócios, conduzida sob sua firme direção, dissolveu-se.

TABELA I - COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA DO CONDE DO PINHAL EM 1901

	Valor	Participação
Monte mor	11.272:665\$055	
Avanço de Legítima	3.884:635\$000	34,46%
Ações da Cia Agrícola de Ribeirão Preto	3.127:500\$000	27,74%
Fazendas da Meeira Condessa do Pinhal	677:585\$000	6,01%
Fazenda do Pinhal	552:265\$000	
Fazendas Salto de Jahu e São Joaquim em Dois Córregos	125:320\$000	
Dinheiro	19:233\$523	0,17%
Ativos Financeiros	1.575:861\$250	13,98%
Ações do Banco União de São Carlos	1.064:830\$000	
Ações do Banco São Paulo	468:585\$000	
Ações das Cias de Estradas de Ferro	42:446\$250	
Bens Imóveis Urbanos	762:800\$000	6,77%
Dívida Ativa – dívida da Cia Agrícola RP	182:000\$000	1,61%
Dívida Ativa dos filhos para a herança	1.089:421\$245	9,66%
Diferença de cálculos[20]	11.319.036,018	100,41%

Fonte: Inventário do Conde do Pinhal, 1901.

TABELA II - ORÇAMENTO DO ACERVO DO INVENTÁRIO DO CONDE DO PINHAL

	Valor
Monte Mor	11.272:665\$055
Passivo	992:725\$409
Débito Banco União de São Carlos	80:000\$000
Débito Banco São Paulo	803:000\$000
Débito Joaquim Meira Botelho	2:856\$129
Administração dos bens	100:000\$000
Custas do processo	6:869\$080
Monte Líquido	10.279:396\$646
Meação da Viúva Inventariante Condessa do Pinhal	5.139:969\$823
Meação dos Herdeiros	5.139:969\$823
Imposto de Transmissão causa mortis incide sobre a meação do inventariado Conde do Pinhal	23:263\$919
Meação dos herdeiros	5.116:705\$904
Dividido em 13 partes iguais Legítima dos herdeiros	393:592\$761

Fonte: Inventário do Conde do Pinhal, 1901

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu mostrar a formação e diversificação dos negócios da família Arruda Botelho liderada por seu patriarca Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal. A base da formação de sua riqueza encontra-se na posse das terras da sesmaria herdada de seu pai em 1854. Este é o marco inicial das atividades rurais concentradas na agroindústria açucareira e na criação de

20 - Uma diferença de cálculos de 46:370\$963 (quarenta e seis contos e trezentos e setenta mil e novecentos e sessenta e três réis) foi encontrada, provavelmente, este valor está em excesso no adiantamento de legítimas aos herdeiros.

gado. Ao longo dos anos, algumas decisões foram fundamentais para a consolidação e crescimento de sua riqueza como a substituição da lavoura de cana-de-açúcar e a fabricação do açúcar pela cultura do café, quando os preços no mercado internacional se tornaram mais favoráveis ao último produto. Durante as décadas de 1870 e 1880, a manutenção de elevadas taxas de crescimento da demanda mundial por café estimularam a abertura de novas fazendas. Porém, os ganhos com a penetração do café nas áreas de fronteira, como São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto tornaram-se realmente expressivos com a verdadeira revolução no sistema de transporte, a ferrovia. Novamente, a decisão de Antonio Carlos de investir, com outros fazendeiros da região e, em especial, com seu sogro, Visconde de Rio Claro, na ferrovia, Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro, resultou em redução de custos de transporte do café da região para o porto de Santos. Mas significou também a entrada em um novo ramo de negócios que lhe trouxe lucros. Quase dez anos depois, a companhia ao ser vendida para capitalistas ingleses, Antonio Carlos pode dispor de capitais com os quais pode tomar decisões em direção de uma nova virada na diversificação dos negócios. As decisões, entretanto, não se dão no vazio, elas capturam as oportunidades criadas pelo desenvolvimento da economia cafeeira, como um todo, e as mudanças institucionais que também criam espaços para novos negócios. Aqui três mudanças institucionais tiveram influência nas decisões de diversificar: Abolição da Escravatura, reforma monetária de 1888-1891 e a política monetária restritiva de Campos Salles. A fundação de três bancos entre os anos de 1889-1891, a entrada no mercado de comercialização do café com a casa comissária em Santos, 1891 e, por fim a compra de um vasto e moderno empreendimento cafeeiro, a Companhia Agrícola de Ribeirão Preto.

Em que pese que a diversificação da riqueza consoante com o novo padrão de acumulação dos fazendeiros do Oeste Paulista, no caso estudado, a busca por novas fontes de investimentos reforçou a base produtiva agrícola – o café – sob bases modernas e mais produtivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA BOTELHO, Maria Eulália Gama de. Família Arruda Botelho. “Descendência do Conde do Pinhal”. Disponível em <http://www.arruda.botelho.nom.br> Acessado em dezembro de 2009.
- BOTELHO, Martinho. *Brazil Magazine. Revista Periódica e Ilustrada d'Arte e Actualidades. Publicação de Propaganda Brasileira no Estrangeiro*. Rio de Janeiro, ano V, n. 57, 1911.
- BOTELHO, Antonio Carlos de Arruda. *Naninha, Aceitai as Minhas Saudades*. São Carlos: EdUFSCar, 2000.
- CAMPOS, C. “Ferrovias e Saneamento em São Paulo. O engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infra-estrutura territorial e urbana paulista, 1870-1892”. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- Cartas remetidas pelo Conde do Pinhal aos filhos Carlos Botelho e Carlos Amadeu de Arruda Botelho. Coordenação da transcrição Profa. Miriam Zambel. Associação Pro Casa do Pinhal, São Carlos, 2009.
- CORRÊA, Ana Maria Martinez. “História social de Araraquara”. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

- DEAN, Warren. *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Documentação da Casa Comissária Arruda Botelho Santos. Aviso de remessa. Arquivo da Casa do Pinhal.
- GORDINHO, Margarida Cintra. *A Casa do Pinhal*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Associação Pró Casa do Pinhal, 2004.
- GRANDI, Guilherme. *Café e Expansão Ferroviária. A Companhia Estrada de Ferro Rio Claro (1880-1903)*. São Paulo: Editora Annablume/Associação Pro Casa do Pinhal/FAPESP, 2007.
- HOFFMAN, JR. José. *Livro Histórico da Cidade de Nova Odessa*. São Paulo, Millenium, 2007.
- Inventário do Conde do Pinhal. 20 de março de 1901. Primeira Vara de Órphans 3º. Cartório proc. 239 (Arquivo do tribunal de Justiça de São Paulo)
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfozes da Riqueza São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec; Prefeitura Municipal de São Paulo, 1985.
- MESSIAS, Rosane. “Fazenda Palmital: Da escravidão ao trabalho livre, 1885-1917”. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Araraquara, 2005.
- PETRONE, Maria Teresa. S. “A Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio”. São Paulo: Difel, 1968.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. “Padrão de acumulação dos fazendeiros do Oeste, 1850-1901: primeiras notas de três estudos de caso - um Comendador, um Marquês e um Conde”. Texto para Discussão. HERMES & CLIO Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica, FEA/USP, 2010. (Seminário de História Econômica, 01 set. 2010)
- SÁ NETO, Francisco de. A civilização aos “Campos de Araraquara” e o processo de caracterização da identidade paulista com a chegada dos Arruda Botelho, da fazenda de criar à fazenda de café. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.
- SAES, Flávio Azevedo Marques. *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista 1850-1930*. São Paulo, IPE/USP, 1986a.
- SOUZA ARANHA, M. A. A. B. (s/d) “Sombras que Renascem. Memórias de família - costumes de uma época. Fazenda Santa Francisca do Lobo, São Carlos”
- TANNURI, Luiz Antonio. *O Encilhamento*. São Paulo, Hucitec, 1981.